

LIÇÃO 13 - A Contrariedade das Opiniões na Mente É Constituída por uma Oposição do Verdadeiro e do Falso

23a 27 Há uma questão sobre se o contrário de uma afirmação é uma negação, ou se o contrário de uma afirmação é outra afirmação; e, no caso do discurso, se aquele que diz que nenhum homem é justo é contrário àquele que diz que todo homem é justo, ou se aquele que diz que todo homem é injusto é contrário àquele que diz que todo homem é justo. Por exemplo, quais destes são contrários: "Cálias é justo", "Cálias não é justo", "Cálias é injusto"?

23a 32 Pois, se aquelas coisas que estão no som vocal são determinadas por aquelas no intelecto, e se no intelecto é contrária aquela opinião que é acerca de um contrário, por exemplo, o contrário de "Todo homem é justo" é "Todo homem é injusto", o caso deve ser o mesmo com respeito às afirmações faladas. Mas, se no intelecto a opinião contrária não é aquela que é acerca de um contrário, então, no discurso, a afirmação não será contrária à afirmação, mas a negação o será. Devemos, portanto, considerar qual opinião falsa é contrária a uma opinião verdadeira, se é uma negação da opinião verdadeira ou a opinião que afirma um contrário.

O que quero dizer é isto: há uma opinião verdadeira daquilo que é bom, que é bom, e uma opinião falsa, que não é bom, e outro tipo, que é mau; das duas últimas, qual é contrária à opinião verdadeira? E, se são uma e a mesma, qual é a contrária?

23b 2 É falso, claro, supor que as opiniões devam ser definidas como contrárias porque são acerca de contrários; pois a opinião daquilo que é bom, que é bom, e daquilo que é mau, que é mau, são provavelmente a mesma, e, sejam muitas ou uma, são verdadeiras. Contudo, o bem e o mal são contrários. No entanto, as opiniões não são contrárias porque são acerca de contrários; antes, são contrárias porque se relacionam contrariamente.

23b 7 Ora, se há a opinião daquilo que é bom, que é bom, e a opinião de que não é bom, e há outras opiniões de que algo que não pertence e não poderia possivelmente pertencer ao bom pertence ao bom, nenhuma destas últimas deve ser postulada como a contrária, nem aquelas que

pretendem que o que não pertence ao bom lhe pertence, nem aquelas que pretendem que o que pertence ao bom não lhe pertence, pois as opiniões de que pertence aquilo que não pertence e as opiniões de que não pertence aquilo que pertence são infinitas.

1. Agora que tratou da enunciação enquanto é diversificada por um acréscimo feito aos termos e por um acréscimo feito à sua composição (que é a divisão do texto feita por São Tomás no início do segundo livro), Aristóteles retoma outra questão sobre as oposições das enunciações. Esta questão diz respeito às oposições que resultam de algo acrescentado à enunciação simples. Primeiro, ele faz a pergunta; em segundo lugar, mostra que esta questão depende de outra, que deve ser tratada primeiro, onde diz: *Pois, se aquelas coisas que estão no som vocal são determinadas por aquelas no intelecto*, etc.; em terceiro, resolve esta última questão, onde diz: *É falso, claro, supor que as opiniões devam ser definidas como contrárias porque são acerca de contrários*, etc.; finalmente, responde à primeira questão, onde diz: *Se, portanto, este é o caso com respeito à opinião, e as afirmações e negações no som vocal são sinais daquelas na alma*, etc.

A primeira questão que ele levanta é esta: o contrário de uma enunciação afirmativa é a negação do mesmo predicado ou a afirmação de um predicado contrário ou privativo? Onde, ele diz: *Há uma questão sobre se o contrário de uma afirmação é a negação contraditória*, e, universalmente, se o discurso afirmativo é contrário ao discurso negativo. Por exemplo, o discurso afirmativo que diz "Todo homem é justo" é contrário ao discurso negativo que diz "Nenhum homem é justo", ou à afirmativa do predicado privativo, "Todo homem é injusto"? E, semelhantemente, a afirmação "Cálias é justo" é contrária à negação contraditória, "Cálias não é justo", ou é contrária a "Cálias é injusto", a afirmativa do predicado privativo?

2. Uma vez que esta questão não foi discutida por outros, devemos começar por notar que há duas coisas em uma enunciação, a saber, a própria enunciação, isto é, a significação, e o modo de enunciar ou significar. Onde, uma dupla oposição pode ser feita entre as enunciações: uma, em razão da própria enunciação; a outra, em razão do modo de enunciar.

Se considerarmos os modos de enunciar, encontramos duas espécies de oposição entre as enunciações, a saber, a contrariedade e a contradição. Este ponto foi feito anteriormente, quando as enunciações opostas foram divididas em contrárias e contraditórias. Há contradição por razão do modo de enunciar quando a mesma coisa é predicada do mesmo sujeito de um modo contraditório; de modo que, assim como um de um par de contraditórios nada postula, mas apenas destrói o outro, assim uma enunciação nada afirma, mas apenas destrói o que a outra estava enunciando. Todas as enunciações que são chamadas contraditórias são deste tipo; por exemplo, "Todo homem é justo", "Nem todo homem é justo"; "Sócrates é justo", "Sócrates não é justo". Segue-se disto que não podem ser ao mesmo tempo verdadeiras ou falsas, assim como dois contraditórios não podem sê-lo ao mesmo tempo.

Há contrariedade entre as enunciações por razão do modo de enunciar quando a mesma coisa é predicada do mesmo sujeito de um modo contrário de enunciar; de modo que, assim como um de um par de contrários postula uma matéria comum a si mesmo e ao outro, que está na distância extrema sob aquele gênero — como é evidente, por exemplo, no branco e no negro — assim uma enunciação postula um sujeito comum a si mesma e ao seu oposto, na distância extrema sob aquele predicado. Todas as enunciações no diagrama que são chamadas contrárias são deste tipo,

por exemplo, "Todo homem é justo", "Nenhum homem é justo". Estas fazem o sujeito "homem" distante no grau máximo possível sob a justiça, uma enunciando que a justiça está no homem, não de qualquer modo, mas universalmente, a outra enunciando que a justiça está ausente do homem, não de qualquer modo, mas universalmente. Pois nenhuma distância pode ser maior do que a distância entre o número total de coisas que têm algo e nenhuma do número total de coisas que têm essa coisa. Segue-se que as enunciações contrárias não podem ser ao mesmo tempo verdadeiras, assim como os contrários não podem estar na mesma coisa ao mesmo tempo. Podem, contudo, ser falsas ao mesmo tempo, assim como é possível que os contrários não estejam na mesma coisa ao mesmo tempo.

Se considerarmos a própria enunciação (a saber, a sua significação) segundo apenas uma espécie de oposição, encontraremos em toda a gama de enunciações uma oposição de contrariedade, isto é, uma oposição segundo a verdade e a falsidade. A razão disto é que as significações de duas enunciações são positivas e, conseqüentemente, não podem ser opostas nem contraditória nem privativamente, porque o outro extremo de ambas estas oposições é formalmente o não ser. E, uma vez que as significações não são opostas relativamente, como é evidente, o único modo como podem ser opostas é contrariamente.

3. A contrariedade de que se fala aqui consiste nisto: de duas enunciações, uma não é compatível com a outra, nem na verdade nem na falsidade — pressupondo sempre as condições para os contrários, que sejam acerca da mesma coisa e ao mesmo tempo. Pode-se mostrar que tal oposição é contrariedade a partir da natureza das concepções da alma ao compor e dividir, cada uma das quais é uma enunciação. As concepções adequadas da alma opõem-se às concepções inadequadas apenas contrariamente, e as concepções inadequadas, se cada uma anula a outra, são também chamadas contrárias. É a partir disto que São Tomás prova, na [*Suma de Teologia*] parte I, questão 17, que o verdadeiro e o falso são contrariamente opostos. Portanto, como nas concepções da alma, assim nas enunciações, as significações adequadas são contrariamente opostas às inadequadas, isto é, as verdadeiras às falsas; e as inadequadas, isto é, as falsas, são também contrariamente opostas entre si, se acontece que não são compatíveis, supondo sempre as condições para os contrários.

Há, portanto, nas enunciações, uma dupla contrariedade: uma por razão do modo, outra por razão da significação, e apenas uma contradição, aquela por razão do modo. Para evitar confusão, chamemos a primeira contrariedade de modal e a segunda de formal. Podemos chamar a contradição de modal — não para evitar confusão, uma vez que é única — mas por propriedade de expressão.

A contrariedade formal encontra-se entre todas as enunciações contraditórias, uma vez que uma contraditória sempre exclui a outra. Encontra-se também entre todas as enunciações modalmente contrárias com respeito à verdade, uma vez que não podem ser ao mesmo tempo verdadeiras. Contudo, não se encontra entre estas últimas com respeito à falsidade, uma vez que podem ser ao mesmo tempo falsas.

4. Aristóteles, nesta questão, está falando da contrariedade das enunciações que se estende aos contrários modais e aos contraditórios. Isto é evidente pelo que ele diz no início e no final da questão. No início, ele propõe ambos os contraditórios quando diz: *uma afirmação... a uma*

negação, etc.; e os contrários modais, quando diz: *e, no caso do discurso, se aquele que diz... é oposto àquele que diz...*, etc. É evidente, também, pelos exemplos imediatamente acrescentados. No final, ele divide explicitamente o que concluiu ser contrário a uma afirmativa universal verdadeira, na negativa universal modalmente contrária e na contraditória. É claro, de imediato, que esta divisão seria falsa a menos que compreendesse o contrário formalmente.

Uma vez que ele toma a contrariedade deste modo, a questão deve ser entendida com respeito à contrariedade formal das enunciações. Esta é uma questão muito sutil, e que tem que ser tratada, e não o foi até agora.

A questão, portanto, é esta: se o contrário formal da afirmativa verdadeira é a negativa falsa do mesmo predicado, ou a afirmativa falsa do predicado privativo, isto é, do contrário. O significado da questão é agora claro, e é evidente por que ele não pergunta sobre quaisquer outras oposições de enunciações — nenhuma outra oposição se encontra nelas formalmente. É também evidente que ele está tomando a contrariedade própria e estritamente, não obstante o fato de que tal contrariedade se encontra entre os contraditórios modais e os contrários modais.

São Tomás já assinalou que esta questão surge do fato de que algo é acrescentado à enunciação simples, pois, no que diz respeito às enunciações simples, isto é, aquelas apenas com um segundo determinante, não há ocasião para a questão. Quando, porém, algo é acrescentado, a saber, um predicado, à enunciação simples, isto é, ao sujeito e ao verbo substantivo, surge a questão sobre se o que deve ser acrescentado nas enunciações contrárias é o mesmo predicado com uma negação acrescentada ao verbo, ou um predicado contrário, isto é, privativo, sem uma negação acrescentada ao verbo.

5. Quando Aristóteles diz: *Pois, se aquelas coisas que estão no som vocal são determinadas por aquelas no intelecto*, etc., ele mostra onde devemos começar a fim de resolver esta questão. Primeiro, ele mostra que a questão depende de outra questão, a saber, se uma opinião verdadeira (isto é, uma concepção da alma na segunda operação do intelecto) é contrária a uma opinião falsa negativa do mesmo predicado, ou a uma afirmativa falsa do predicado contrário, isto é, privativo. Depois, ele dá a razão pela qual a primeira questão depende desta. As enunciações vocais seguem-se às mentais como os efeitos adequados às causas próprias, e como o significado aos sinais adequados. Assim, nisto, a natureza de cada uma é semelhante.

Ele começa, então, com a razão para esta dependência: *Pois, se aquelas coisas que estão no som vocal são determinadas por aquelas no intelecto* (como foi dito no início do primeiro livro) e *se, na alma, são contrárias aquelas opiniões que afirmam predicados contrários sobre o mesmo sujeito* (por exemplo, as enunciações mentais: "Todo homem é justo", "Todo homem é injusto"), então, *nas afirmações que estão no som vocal, o caso deve ser o mesmo*. As contrárias serão duas afirmativas sobre o mesmo sujeito com predicados contrários. Mas, *se na alma este não é o caso*, isto é, que as opiniões com predicados contrários constituem contrariedade nas enunciações mentais, então o contrário de uma afirmação vocal não será uma afirmação vocal com um predicado contrário. Antes, o contrário de uma afirmação será a negação do mesmo predicado.

6. A primeira questão, então, depende desta questão como um efeito da sua causa. Por esta razão, e a título de conclusão do que acaba de dizer, ele acrescenta a segunda questão, que deve ser

tratada primeiro, para que, uma vez conhecida a causa, o efeito seja conhecido: *Devemos, portanto, considerar a qual opinião falsa a opinião verdadeira é contrária, se é à negação falsa ou à afirmação falsa que deve ser julgada contrária*. Depois, a fim de propor a questão por exemplos, ele diz: *o que quero dizer é isto*: há três opiniões de um bem, por exemplo, da vida. Uma é uma opinião verdadeira, que é boa, por exemplo, que a vida é boa. A outra é uma negativa falsa, que não é boa, por exemplo, que a vida não é boa. Outra ainda, igualmente falsa, é a afirmativa do contrário, que é má, por exemplo, que a vida é má. A questão é, então, qual destas opiniões falsas é contrária à verdadeira.

7. Depois, ele acrescenta a questão: *e, se há uma, qualquer uma delas é a contrária*. Esta passagem pode ser lida de três modos. Pode ser lida interrogativamente, de modo que seja uma parte da questão, e então o significado é: qual destas opiniões falsas é contrária à opinião verdadeira, e há uma destas pela qual o contrário à verdadeira é efetuado? Pois, uma vez que um é contrário a um outro, como se diz no livro X da *Metafísica* [1: 1055a 19], ao perguntar qual destas é a contrária, estamos também perguntando se uma delas é a contrária.

Isto também pode ser lido adversativamente, e então o significado é: qual destas é a contrária, dado que sabemos que não são ambas, mas uma, pela qual a contrariedade é efetuada?

Isto pode ser lido de um terceiro modo, dividindo a primeira oração, "e se é uma", da segunda oração, "qualquer uma delas é a contrária". A primeira parte é então lida assertivamente, a segunda interrogativamente, e o significado é: qual destas duas opiniões falsas é contrária à opinião verdadeira, se as duas opiniões falsas diferem quanto à consequência, e também se ambas são uma, isto é, unidas uma à outra indivisivelmente?

Boécio explica esta passagem do último modo. Ele diz que Aristóteles acrescenta estas palavras por causa dos contrários imediatos, nos quais o contrário não difere do privativo. Pois a diferença entre os contrários mediatos e imediatos é que, nos primeiros, o contrário não é inferido do privativo. Por exemplo, isto não é válido: "Um corpo colorido não é branco, portanto, é negro" — pois poderia ser vermelho. Nos contrários imediatos, por outro lado, é válido inferir o contrário do privativo; por exemplo, "Um animal não é saudável, portanto, é doente"; "Um número não é par, portanto, é ímpar". Portanto, Aristóteles pretende mostrar aqui que, quando perguntamos qual destas opiniões falsas, isto é, a negativa e a afirmativa contrária, é contrária à afirmativa verdadeira, estamos perguntando universalmente se estas duas opiniões falsas se seguem uma à outra indivisivelmente ou não.

8. Quando ele diz: *É falso, claro, supor que as opiniões devam ser definidas como contrárias porque são acerca de contrários*, etc., ele prossegue com a segunda questão. Primeiro, ele mostra que a contrariedade das opiniões não é determinada pela contrariedade da matéria envolvida, mas antes pela oposição do verdadeiro e do falso; em segundo lugar, ele mostra que não há contrariedade de opiniões em quaisquer opostos segundo a verdade e a falsidade, onde diz: *Ora, se há a opinião daquilo que é bom, que é bom, e a opinião de que não é bom*, etc.; em terceiro, ele determina que a contrariedade das opiniões diz respeito aos primeiros opostos por si segundo a verdade e a falsidade, por três razões, onde diz: *Antes, aquelas opiniões nas quais há falácia devem ser postuladas como contrárias às opiniões verdadeiras*, etc.; finalmente, ele mostra que esta determinação é verdadeira para todos, onde diz: *É evidente que não fará diferença se*

postularmos a afirmação universalmente, pois a negação universal será a contrária, etc.

Aristóteles diz, então, propondo a conclusão que pretende provar, que é falso supor que as opiniões devam ser definidas ou determinadas como contrárias porque são acerca de objetos contrários. Ele dá dois argumentos para isto. As opiniões contrárias não são a mesma opinião; mas as opiniões acerca de contrários são provavelmente a mesma opinião; portanto, as opiniões não são contrárias pelo fato de serem acerca de contrários. E, as opiniões contrárias não são simultaneamente verdadeiras; mas as opiniões acerca de contrários, sejam muitas ou uma, são às vezes simultaneamente verdadeiras; portanto, as opiniões não são contrárias porque são acerca de contrários.

Tendo suposto as maiores destes argumentos, ele postula uma manifestação de cada menor ao mesmo tempo. Em relação ao primeiro argumento, ele diz: *pois a opinião daquilo que é bom, que é bom, e daquilo que é mau, que é mau, são provavelmente a mesma*. Em relação ao segundo argumento, ele acrescenta: *e, sejam muitas ou uma, são verdadeiras*. Ele usa "provavelmente", um advérbio que expressa dúvida e disjunção, porque este não é o lugar para determinar se a opinião dos contrários é a mesma opinião, e porque, de algum modo, a opinião é a mesma e, de algum modo, não. No caso da opinião habitual, a opinião dos contrários é a mesma, mas, no caso de uma opinião atual, não o é. Uma composição mental é feita atualmente ao conceber que um bem é bom, e outra ao conceber que um mal é mau, embora conheçamos ambos pelo mesmo hábito, o primeiro por si e primeiro, o segundo secundariamente, como se diz no livro IX da *Metafísica* [4: 1051a 4].

Depois, ele acrescenta que o bem e o mal — que são usados para a manifestação da menor — são contrários, mesmo quando a contrariedade é tomada estritamente em matérias morais; e assim, ao usar isto, a nossa exposição é apropriada.

Finalmente, ele extrai a conclusão: *no entanto, as opiniões não são contrárias porque são acerca de contrários, mas antes porque são contrárias*, isto é, as opiniões devem ser consideradas como contrárias pelo fato de que enunciam contrariamente, adverbialmente, isto é, de um modo contrário, isto é, enunciam verdadeira e falsamente. Assim, o primeiro argumento é claro.

9. Quando ele diz: *Ora, se há a opinião daquilo que é bom, que é bom, e a opinião de que não é bom, etc.*, ele retoma o segundo ponto. Uma vez que acaba de dizer que a contrariedade das opiniões é tomada segundo a sua oposição de verdade e falsidade, ele prossegue mostrando que não são contrários quaisquer opostos segundo a verdade e a falsidade. Este é o seu argumento. Quatro opiniões podem ser sustentadas sobre um bem, por exemplo, a justiça: que a justiça é boa, que não é boa, que é evitável, que não é desejável. Destas, a primeira é verdadeira, as restantes, falsas. As três falsas são diversas. A primeira nega o mesmo predicado que a verdadeira afirmou; a segunda afirma algo que não pertence ao bem; a terceira nega o que pertence ao bem, mas algo diferente do que a verdadeira afirmou. Ora, se todas as opiniões opostas quanto à verdade e à falsidade são contrárias, então não só há muitos contrários para uma opinião verdadeira, mas um número infinito. Mas isto é impossível, pois um é contrário a um outro. A consequência vale porque infinitas opiniões falsas sobre uma coisa, semelhantes às citadas, podem ser imaginadas; tais opiniões afirmariam dela o que não lhe pertence e negariam o que lhe está unido de algum modo. Ambos os tipos são indeterminados e sem número. Podemos pensar, por exemplo, que a justiça é

uma quantidade, que é uma relação, que é isto e aquilo; e, igualmente, podemos pensar que não é uma qualidade, não é desejável, não é um hábito.

Donde, do que foi dito acima ao propor a questão, Aristóteles infere uma pluralidade de opiniões falsas opostas a uma opinião verdadeira: *Ora, se há a opinião daquilo que é bom*, por exemplo, a justiça, *que é bom*, e há uma opinião falsa que nega a mesma coisa, a saber, *que não é bom*, e, além destas, uma terceira opinião, também falsa, que afirma que alguma outra coisa pertence à justiça que não pertence e não pode pertencer-lhe (por exemplo, que a justiça é evitável, que é ilícita), e uma quarta opinião, também falsa, que nega algo diferente do que a opinião verdadeira afirma, algo, contudo, que de fato pertence à justiça (por exemplo, que não é uma qualidade, que não é uma virtude), *nenhuma destas outras* enunciações falsas deve ser postulada como a contrária da opinião verdadeira. Para explicar o que ele está designando por "destas outras", ele acrescenta: *nem aquelas que pretendem que o que não é, é*, como fazem as opiniões da terceira ordem, *nem aquelas que pretendem que o que é, não é*, como significam as opiniões da quarta ordem. Depois, ele acrescenta a razão pela qual estas não podem ser postuladas como a contrária da opinião verdadeira: *pois tanto as opiniões de que é aquilo que não é, como as de que não é aquilo que é, são infinitas*, como foi mostrado acima. Portanto, não são contrários quaisquer opostos segundo a verdade e a falsidade. Assim, o segundo argumento é claro.

Revision #1

Created 20 September 2026 00:20:18 by Admin

Updated 20 September 2026 00:20:33 by Admin